



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ANTA MINAS GERAIS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo nº 1.095.069

O **MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO ANTA-MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 18.133.926/0001-10, com sede à Rua São José, 730, centro São Miguel do Anta – Estado de Minas Gerais, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **VICENTE PATRÍCIO DE SOUZA JÚNIOR**, por intermédio de seu procurador in fine assinado, vem à presença de Vossa Senhoria manifestar e expor o que segue.

DOS FATOS

Trata-se de representação oferecida ao TCE-MG por Luzia dos Santos Fagundes Freitas, Ronaldo Pinto Fontes, Roberto Carlos da Silva e Vanderley Rodrigues, vereadores à Câmara Municipal de São Miguel do Anta, em face de Wagner Damião e Filomena das Graças Queiroz Bitencourt, Prefeito e Vice-Prefeita Municipal à época, noticiando supostas infrações político administrativas, consubstanciadas em malversação do erário, mediante a contratação de empresas fantasmas e desvio de verba pública oriunda da Usina de Triagem e Compostagem de Lixo.

Apontam os representantes, em apertada síntese, a ocorrência a ocorrência das seguintes irregularidades: (i) impropriedade na contratação do Sr. Wellington Henrique do Carmo, (ii) impropriedade na contratação do Sr. Aelicarlos Ferreira, (iii) ausência de repasse ao INSS de contribuições retidas, e (iv) ausência de recolhimento ao caixa único do Município de receitas geradas pela Usina de Triagem e Compostagem de Lixo.

Nessa senda, passa-se ao mérito das alegações.

DO MÉRITO

(i) Quanto a impropriedade na contratação do Sr. Wellington Henrique do Carmo, verifica-se que os valores pagos, conforme constam na nota de empenho nº 115, 131 e 619, para aquisição



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ANTA MINAS GERAIS

de materiais de construção, conforme a nota de empenho nº 665. Dessa forma, conforme parecer do Ministério Público de Contas, deve-se citar o prefeito à época para esclarecer os fatos, uma vez que, da análise documental presente nos arquivos da Prefeitura Municipal de São Miguel do Anta não foram encontrados contratos formalizados Sr. Wellington Henrique do Carmo.

(ii) No que tange a impropriedade na contratação do Sr. Aelicarlos Ferreira, **conforme concluiu a 2ª CFM**, após a realização de diligências para averiguação dos fatos narrados na exordial, não assiste razão a denunciante, uma vez que a documentação juntada em nível de diligência externa demonstra a efetiva prestação dos serviços pelo contratado, Sr. Aelicarlos Ferreira.

(iii) No que diz respeito a ausência de repasse ao INSS de contribuições retidas pelo Consórcio Intermunicipal para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos - Conresol, o qual o Município de São Miguel do Anta faz parte, verifica-se a procedência da denúncia, uma vez que a atual gestão do Consórcio verificou a existência de valores consideráveis a título de dívida com a Previdência Social, deixada pela antiga gestão do Consórcio. Apesar de, desde o final do ano de 2019 o Conresol não funcionar faticamente, houve a necessidade de realizar levantamentos dos débitos (passivo) deixados pela antiga gestão do Consórcio em razão de práticas ilegais. Conforme ata que segue em anexo, foi apurado até o dia 31 do mês de junho de 2021, *“uma dívida previdenciária de competência inicial de 01/2017 sem competência final, inscrita em Dívida Ativa no valor de 345.629,45 (trezentos e quarenta e cinco mil e seiscentos e vinte e nove reais e quarenta e cinco centavos), inscrição de número 17.230.839-9 e inscrição de número 17.230.840-2, dívida essa que já havia sido parcelada em 2020 pelo gestor anterior e paga apenas a primeira parcela no valor de R\$ 5.809,15 (cinco mil e oitocentos e nove reais e quinze centavos) no período de apuração de 31/12/2020, o parcelamento encontra-se como "parcelamento rescindido". Isso porque não foi passada nenhuma informação do gestor anterior para o gestor atual, nem tão pouco houve uma transição para colocar a nova presidência a par de toda situação deplorável que o CONRESOL se encontra, mesmo tendo os municípios de Canaã e São Miguel do Anta terem cumprido os repasses feitos nos contratos de rateio que corresponde a 60% Canaã e 40% São Miguel do Anta.”* A referida dívida do Consórcio foi novamente negociada com a Procuradoria da Fazenda Nacional – em consonância com o comprovante de adesão em anexo – de modo que, os Municípios que eram consorciados, continuam arcando com o ônus deixado pela antiga gestão referente ao não repasse ao INSS de contribuições retidas dos servidores.

(iv) Por fim, no que diz respeito a ausência de recolhimento ao caixa único do Município de receitas geradas pela Usina de Triagem e Compostagem de Lixo, pugna pelo arquivamento, pelo arquivamento dos autos, sem julgamento de mérito, nos termos do artigo 176, inciso III c/c



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ANTA
MINAS GERAIS**

artigo 196, parágrafo 3º, ambos do Regimento Interno do Tribunal de Contas, em atenção a conclusão da 2ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios.

DOS PEDIDOS

- a) O recebimento e processamento da presente manifestação;
- b) A citação do Sr. Wagner Damiano – Prefeito Municipal de São Miguel do Anta entre os anos de 2017 a 2020 para esclarecimentos a respeito da contratação do Sr. Wellington Henrique do Carmo;
- c) A improcedência do apontamento referente ao Sr. Aelcarlos Ferreira;
- d) A consideração dos esclarecimentos a respeito do não repasse ao INSS de contribuições retidas dos servidores do Conresol, à época dos fatos, bem como requer a juntada dos documentos em anexo;
- e) A citação do Sr. Wagner Damiano – Presidente do Consórcio Intermunicipal para Gestão de Resíduos Sólidos entre os anos de 2017 a 2020 para esclarecimento dos fatos que entender necessários;
- f) O arquivamento dos autos sem julgamento de mérito quanto as alegações de ausência de recolhimento ao caixa único do Município de receitas geradas pela Usina de Triagem e Compostagem de Lixo.

Termos em que,

Pede deferimento.

São Miguel do Anta-MG, data da assinatura eletrônica.

GABRIEL DUTRA TEIXEIRA
ASSESSOR JURÍDICO MUNICIPAL
OAB/MG 184.084